

Tempos difíceis

FUNDAÇÃO EDITORA DA UNESP

Presidente do Conselho Curador

Mário Sérgio Vasconcelos

Diretor-Presidente / Publisher

Jézio Hernani Bomfim Gutierre

Superintendente Administrativo e Financeiro

William de Souza Agostinho

Conselho Editorial Acadêmico

Luís Antônio Francisco de Souza

Marcelo dos Santos Pereira

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen

Paulo Celso Moura

Ricardo D'Elia Matheus

Sandra Aparecida Ferreira

Tatiana Noronha de Souza

Trajano Sardenberg

Valéria dos Santos Guimarães

Editores-Adjuntos

Anderson Nobara

Leandro Rodrigues

SEBASTIÃO CARLOS VELASCO E CRUZ
NEUSA MARIA PEREIRA BOJIKIAN
(orgs.)

Tempos difíceis

O primeiro tempo do
governo Biden e as eleições
de meio de mandato



© 2023 Editora Unesp

Direitos de publicação reservados à:
Fundação Editora da Unesp (FEU)
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
www.livrariaunesp.com.br
atendimento.editora@unesp.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Elaborado por Wagner Rodolfo da Silva – CRB-8/9410

T288

Tempos difíceis: o primeiro tempo do Governo Biden e as eleições de meio de mandato / organização e apresentação por Sebastião Carlos Velasco e Cruz, Neusa Maria Pereira Bojikian. – São Paulo: Unesp, 2023.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5711-216-8

1. Ciências políticas. 2. EUA. 3. Governo Biden. I. Cruz, Sebastião Carlos Velasco e. II. Bojikian, Neusa Maria Pereira. III. Título.

2023-3587

CDD 320
CDU 32

Esta publicação contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp, processo n.2014/50935-9)



Editora afiliada:



SUMÁRIO

- Apresentação 7
Sebastião C. Velasco e Cruz; Neusa Maria P. Bojikian
- 1 O que aconteceu com o Partido Democrata? 11
Camila Feix Vidal
- 2 Com ou sem Trump? O GOP na oposição 31
Flávio Contrera; Karina L. Pasquariello Mariano
- 3 Os direitos de voto e regras eleitorais nos Estados Unidos de hoje: uma nova modalidade de “separados, mas iguais” 51
Celly Cook Inatomi
- 4 Controle de corpos nos Estados Unidos: Uma análise das restrições ao aborto após a derrubada da Decisão *Roe v. Wade* (2022) 73
Débora Figueiredo Mendonça do Prado; Isabella Fontaniello; Nathalia Sgaravato Zambuzzi
- 5 Biden e sua agenda climático-ambiental à luz da trajetória democrata na presidência dos Estados Unidos 91
Pedro Henrique Vasques
- 6 Alívio e reconstrução: Bidenomics em meio a uma tempestade perfeita 111
Filipe Mendonça; Leonardo Ramos

- 7 A supremacia em disputa: a guerra tecnológica contra a China e o desenvolvimentismo nada oculto, mas exclusivo, dos Estados Unidos 133
Neusa Maria Pereira Bojikian; Roberto Goulart Menezes
- 8 Transformação digital e rivalidade geopolítica: Estados Unidos e China 167
Pedro Txai Leal Brancher; Marco Cepik
- 9 Ordem e crise? A questão do poder financeiro e monetário dos Estados Unidos no contexto da guerra na Ucrânia 193
Aline Regina Alves Martins; Jaime César Coelho
- 10 Grande estratégia do governo Biden: continuidade ou mudança? 207
Williams Gonçalves
- 11 O quadrilátero da crise. A guerra na Ucrânia e o governo Biden 235
Sebastião C. Velasco e Cruz
- 12 As comunidades latinas e as eleições de meio de mandato de 2022 295
Marcos Cordeiro Pires; Thais Caroline A. Lacerda
- 13 A continuada erosão de um império: 2022 e a sistêmica disfuncionalidade da política norte-americana em meio a um mundo cada dia menos previsível 319
Rafael Ioris
- Sobre os autores 335

APRESENTAÇÃO

*Sebastião C. Velasco e Cruz
Neusa Maria P. Bojikian*

O livro que o leitor tem em mãos é o terceiro de uma série inaugurada com a publicação por esta editora, em 2019, da obra coletiva *Trump: primeiro tempo. Partidos, políticas, eleições e perspectivas*.

Reunindo contribuições de mais de uma dezena de pesquisadores do INCT-Ineu (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia para Estudos sobre os Estados Unidos), a proposta deste livro era inserir o fenômeno eleitoral Donald Trump nas tendências de longo e médio prazos da política norte-americana e fazer um balanço da primeira metade de seu governo, em suas múltiplas dimensões, para avaliar em seguida os resultados do primeiro teste político importante que enfrentava – as eleições de meio mandato, que asseguraram ampla vitória à oposição democrata.

Esse desenho geral foi mantido no segundo volume da série – *De Trump a Biden. Partidos, políticas, eleições e perspectivas* – e é ele que molda a presente coletânea. A evolução dos processos políticos – nos Estados Unidos e no mundo –, contudo, levou a uma clara mudança no conteúdo e no peso respectivo das diferentes matérias que dão corpo a tal estrutura.

E não era para menos. Iniciado sob o signo do impensável – a invasão do Capitólio, em 6 de janeiro de 2021, no momento em que os congressistas se reuniam para oficializar os resultados da eleição presidencial de outubro do ano anterior –, o governo Biden foi marcado por inovações importantes e choques inesperados, que alteraram significativamente a configuração do conflito político, em escala nacional e internacional.

Quanto às primeiras, basta mencionar os pacotes de medidas macroeconômicas anunciadas nos primeiros dias do mandato de Biden, que rompiam explicitamente com a ideologia da austeridade fiscal e reservavam um papel ativo ao Estado no direcionamento da economia, movimento reforçado pelos projetos de política industrial que viriam a seguir. Orientados pelo objetivo da reindustrialização e do fomento à inovação tecnológica em áreas sensíveis, esses programas situam-se na interface das políticas domésticas e da estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos. Evidenciam esse fato os dispositivos rigorosos adotados nesses programas para conter o avanço da China – Estado designado como competidor estratégico nos documentos oficiais de política – em setores de tecnologia de ponta, vedando-lhe o acesso a bens intermediários e equipamentos necessários para esse fim.

A inclusão da política industrial e de desenvolvimento tecnológico na estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos não é fortuita. Expressão da consciência socialmente disseminada de que o país perdia terreno aceleradamente na luta pela conservação da hegemonia global exercida desde o final da Guerra Fria, a securitização das mencionadas políticas tem uma funcionalidade menos evidente: em uma cultura marcadamente liberal, que sempre viu com desconfiança a intervenção do governo na economia, o vínculo assim estabelecido com a defesa nacional abre vasto leque de possibilidades para a ação estatal, livres de amarras ideológicas. Definidos como aplicação de recursos em atividades estranhas à lógica do mercado e de interesse vital para a sociedade, os investimentos em tais atividades não são regulados pela rentabilidade esperada, mas por critérios de racionalidade substantiva. O gasto em defesa é a forma peculiar que os Estados Unidos encontraram historicamente para praticar a política industrial que sua ideologia econômica interdita.

Nesse sentido, as políticas referidas expressam e aprofundam o processo de acirramento de tensões internacionais, que se manifesta de forma espetacular no grande choque a marcar o período: a invasão da Ucrânia pelas tropas da Rússia, em 24 de fevereiro de 2022, e a guerra cruenta que se seguiu, logo transformada em confronto híbrido com os países da Otan, que responderam à ação militar de seu oponente com sanções econômicas inéditas e com a provisão de assistência financeira e militar à Ucrânia, em escala também sem precedentes.

Reside aí a ironia que cerca o governo Biden: sucedendo uma presidência marcada por gestos e discursos disruptivos, com a promessa de restabelecer a normalidade no país e em suas relações exteriores, assiste ao agravamento da polarização na política interna e à intensificação da crise no sistema internacional, que devolve ao mundo o espectro da guerra entre as grandes potências.

Esses desenvolvimentos se expressam com nitidez na organização do presente volume. Contemplando os temas relevantes de política doméstica

(partidos, políticas públicas e eleições) – objetos de sua primeira e de sua última parte –, o livro que ora oferecemos ao público reserva um espaço privilegiado aos temas da guerra e da geopolítica. Explicitamente focalizados em alguns capítulos, eles se mesclam também àqueles dedicados à política econômica internacional dos Estados Unidos.

Criado em 2009, no âmbito do Programa Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, e apoiado por um conjunto de agências – MCT/CNPq/FNDCT/Capes/ Fapesp/Fapemig/Faperj –, o INCT-Ineu tem constitucionalmente a tripla missão de produzir conhecimento original sobre os Estados Unidos, formar recursos humanos qualificados para atuar nessa área e difundir na sociedade brasileira informações e análises que contribuam para a compreensão mais aprofundada desse país ao qual, para o bem e para o mal, o nosso destino como nação está fortemente associado.

Com este livro, desdobramento de seminário de pesquisa realizado em dezembro de 2022, a equipe do INCT-Ineu dá um testemunho a mais de seu compromisso com essa elevada tarefa.

1

O QUE ACONTECEU COM O PARTIDO DEMOCRATA?

Camila Feix Vidal

Introdução

Joseph (Joe) Biden venceu as eleições nos Estados Unidos em 2020, e, desde 20 de janeiro de 2021, a Casa Branca tem sido ocupada por uma presidência democrata. Após dois anos de mandato e das eleições de meio de mandato (as *midterms* de 2022), o Partido Democrata (PD) demonstra resiliência e importantes vitórias. Entretanto, se uma análise mais pontual pode corroborar esse otimismo, uma perspectiva mais abrangente, a englobar perspectivas partidárias amplas e aprovação eleitoral, pode soar como alerta para a presidência de Joe Biden e, mais especificamente, para o próprio partido.

O Partido Democrata venceu a disputa à presidência em 2020 com um representante do centro, Joe Biden. A eleição, entretanto, se concretizou porque se articularam importantes grupos progressistas – dentro e fora do partido. Lideranças democratas consideradas partes de sua ala progressista (caso de Bernie Sanders e Alexandria Ocasio-Cortez, entre outros) e movimentos sociais (como Sunrise Movement, Black Lives Matter, Justice Democrats, entre outros) foram essenciais para a consolidação da vitória democrata após quatro anos de administração do Partido Republicano. Nesse sentido, houve uma espécie de coalizão ampla que logrou unir forças desde o centro do partido, passando pelas alas mais progressistas dele e se estendendo por grupos sociais.

Aparentemente, entretanto, o ponto em comum entre eles é menos uma defesa de Joe Biden e mais uma recusa de Donald Trump. Vale lembrar aqui

a entrevista de Alexandria Ocasio-Cortez para a CNN no início de 2020, em que ela afirma que, em nenhum outro país do mundo, Joe Biden e ela estariam no mesmo partido (Cillizza, 2020). Assim, com o objetivo de impedir um segundo mandato trumpista, esses movimentos e lideranças atuaram coletivamente para a construção de uma agenda democrata progressista em pautas sensíveis a esses mesmos grupos e lideranças – como o caso de questões raciais, climáticas e acessos a bens públicos, como saúde e educação. Nesse sentido, lograram êxito ao participar da organização e definição de uma plataforma nacional democrata que representasse esses anseios.

O argumento aqui delineado diz respeito a como essa maior abertura a determinados grupos e pautas progressistas parece ter sido circunstancial e pontual – portanto, não traduzida em mudanças efetivas de um partido que continua travando uma luta interna pela escolha de agendas, de candidatos e de condução de uma determinada política. Não à toa, argumentamos aqui como esse partido continua sendo visto por uma parcela significativa da sociedade como elitizado, urbano e intelectualizado (Sharma, 2022; Hammer, 2022) – portanto, incapaz de responder a problemas materiais da vida do trabalhador nos Estados Unidos (EUA).

De fato, desde o governo republicano de Ronald Reagan, o Partido Democrata apresenta políticas econômicas que pouco diferem daquelas de seu partido opositor. Caso emblemático foi o governo democrata de Bill Clinton na década seguinte, quando o partido se afastou de uma classe trabalhadora que até então ele buscava representar. Ao relativizar, no entanto, o desmantelamento do Estado de bem-estar social rooseveltiano, esse mesmo partido abriu espaço para que lideranças populistas consideradas de “extrema direita” ocupassem esse espaço, como o fez Donald Trump.

Neste capítulo, buscamos fazer uma apresentação de um panorama do Partido Democrata nos dois primeiros anos de presidência Biden – a partir da eleição de 2020 até fim de 2022 –, englobando o suposto enfraquecimento do Partido Republicano, que se traduziu nas *midterms* – mais especificamente, o enfraquecimento de Donald Trump e do trumpismo; as promessas cumpridas e não cumpridas da administração democrata; os desafios do Partido Democrata a partir das suas disputas internas e da pressão de movimentos sociais; e, por fim, uma reflexão final sobre o que se espera do Partido Democrata daqui para a frente.

Os dois primeiros anos de mandato democrata (2021-2022)

O Partido Democrata, aqui entendido a partir de uma perspectiva mais ampla e própria de uma abordagem do Partido Network, engloba não só os representantes eleitos pela legenda (os *insiders*), mas também determinadas

parcelas da sociedade civil que participam dos processos decisórios partidários, seja em movimentos populares, grupos de interesse e *think tanks* (os *intense policy demanders*, ou *outsiders*).¹ Tanto *insiders* quanto *intense policy demanders* foram os responsáveis por garantir a vitória democrata na eleição de 2020 a partir de uma plataforma nacional bastante progressista que se contrapunha à agenda trumpista.

De fato, a plataforma democrata de 2020 preconizou, desde o seu preâmbulo, a necessidade de se pensar a inclusão de grupos tradicionalmente marginalizados – nativos indígenas, afro-americanos e latinos, especificamente. É uma das plataformas democratas mais ambiciosas e certamente uma das mais promissoras no âmbito da inclusão – a contar com um amplo agradecimento a comunidades indígenas já na primeira página do documento e uma citação do abolicionista negro Frederick Douglass na página seguinte. A leitura desse documento remete a um partido que nem de longe se assemelha à plataforma nacional de Bill Clinton, duas décadas antes. Entretanto, se as promessas foram ambiciosas, abundam os desafios internacionais, domésticos e mesmo intrapartidários que limitaram o cumprimento de parte dessas promessas a ponto de o governo Biden, nos seus primeiros dois anos de mandato, receber uma avaliação negativa sobre seu desempenho (CNN, 2023).

Alguns desafios no âmbito doméstico

A campanha presidencial de 2020 do Partido Democrata defendeu a criação de um “novo contrato social e econômico com o povo americano” (Partido Democrata, 2020):

[Um] contrato que invista nas pessoas e promova prosperidade compartilhada, não um que beneficie apenas as grandes corporações e os poucos mais ricos. Um que afirma que a moradia é um direito e não um privilégio, e que assume o compromisso de que ninguém ficará sem teto ou passará fome no país mais rico do mundo. (Partido Democrata, 2020)

Ao estilo New Deal de Franklin Delano Roosevelt, a campanha de Biden propunha a criação de milhares de novos postos de trabalho ao mesmo tempo que garantia direitos para formação e participação em sindicatos, aumento de salários e maiores proteções para aposentados. Além disso, essa mesma agenda democrata em 2020 defendia saúde pública e educação universal e acessível – desde creches a educação superior. Na imigração,

1 Sobre o Partido Network, ver Schwartz (1990); Bawn et al. (2012); Koger et al. (2009); Noel (2012); e Masket (2012). Sobre facções e disputas intrapartidárias, ver DiSalvo (2012).

a campanha democrata defendia um “sistema de imigração humano no século XXI que beneficie todos Americanos” (Partido Democrata, 2020)

Os desafios da pandemia do Coronavírus – e não poderia ser diferente – ocuparam grande parte da campanha e das promessas feitas por Biden e pelo Partido Democrata. Propunha-se a criação de medidas de emergência capitaneadas pelo Estado até que a pandemia acabasse ou que o desemprego diminuísse. Investimentos públicos na saúde também foram defendidos a partir de agendas específicas para os Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) e para departamentos de saúde municipais e estaduais. Avaliando que determinados grupos sociais foram os mais vitimizados pela pandemia, o Partido Democrata se propunha a financiar pesquisas de saúde em instituições de ensino superior “Historically Black (HBCUs)” (Partido Democrata, 2020). Por fim, a campanha ainda enfatizou a questão climática de maneira bastante assertiva, defendendo a ratificação do Acordo de Paris e a criação de estratégias de energia limpa. Vale lembrar que um dos grupos mais ativos na campanha de Biden e na própria redação da plataforma nacional democrata contava com integrantes do Sunrise Movement – movimento que defende um “Green New Deal” nos Estados Unidos.

Se as promessas de campanha foram amplas, os desafios também o foram, a contar com a pandemia do Coronavírus, o alto índice de desemprego e a inflação recorde no período recente. A administração Biden logrou, nesse sentido, um acordo bipartidário – aprovado no Senado em agosto de 2021 – de cerca de US\$ 1 trilhão para investimento em infraestrutura com ênfase na construção civil. Dos 69 votos favoráveis dos senadores, 19 foram de republicanos. Naquele momento, Joe Biden chegou a celebrar o acordo como uma evidência de que ambos os partidos podem trabalhar juntos (The White House, 2021).

No âmbito educacional, a Administração tem apresentado desempenho tímido, bastante aquém do que se propunha em 2020. Ainda assim, logrou o congelamento de dívidas estudantis, conforme promessa de campanha. Se a diversidade e a inclusão foram a tônica na campanha de Biden – não poderia ser diferente, a contar com os distintos grupos sociais que o apoiaram –, ações práticas foram pouco efetivadas. Nessa seara, destaca-se a nomeação de juízes latinos/as e negros/as.

Também houve esforços para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, talvez uma das áreas mais bem contempladas até agora da plataforma de 2020 do Partido Democrata. Em 2021, o governo Biden anunciou três ordens executivas com a aprovação de uma série de projetos de fontes de energia limpa a fim de descarbonizar o setor de energia até meados de 2035 e emissões líquidas zero em toda a economia até 2050. De acordo com o Departamento de Energia (2023), com a Agência de Proteção Ambiental (2023) e com a Casa Branca (2023), só em 2023, o governo estadunidense aprovou US\$ 600 milhões para fortalecimento de energia limpa por hidrelétricas,

US\$ 7 bilhões em investimento para maior acesso familiar a painéis solares e US\$ 1 bilhão para o Green Climate Fund. O presidente Biden anunciou ainda políticas para o aumento da produção de veículos movidos a energia elétrica e estabeleceu como meta que metade dos veículos vendidos nos EUA sejam elétricos até 2030, rivalizando com a China, que hoje é a maior produtora de baterias de veículos.

Alguns desafios no âmbito da política externa

A campanha democrata se contrapunha ao Partido Republicano, a quem relacionava com políticas belicosas e intervencionistas, ao defender o fim das “guerras sem fim” (Partido Democrata, 2020). Tendo em vista que as incursões estadunidenses em outros países custaram ao menos US\$ 5 trilhões, o Partido Democrata se propunha a encerrar essas guerras, inclusive a mais antiga já travada na história dos Estados Unidos: a Guerra do Afeganistão (Partido Democrata, 2020). Na América Latina, a campanha de Biden se apresentava como uma administração que buscaria engajamentos menos hostis com países como Venezuela, Nicarágua e Cuba, ao contrário da administração trumpista, vista como ineficiente e demasiadamente belicosa.

Entretanto, findos dois anos de mandato, as promessas acerca de uma possível distensão entre Estados Unidos e América Latina figuraram na retórica, mas não na prática. A administração Biden segue antagonizando com a Nicarágua, inclusive congelando vistos de autoridades desse país (U.S. Department of State, 2022), e Cuba, em relação à qual não implementou a política de reunificação familiar que havia sido prometida em campanha. Se, em um primeiro momento do governo Biden, Cuba não foi vista como uma prioridade, conforme deixou claro a porta-voz presidencial Jen Psaki (*Associated Press*, 2021), com os protestos iniciados na ilha em meados de 2021, a tônica voltou a ser de crítica ao governo cubano. Em 23 de junho de 2021, Estados Unidos e Israel foram os únicos a votar contra a resolução aprovada na Assembleia Geral das Nações Unidas que propunha o fim do embargo econômico estadunidense a Cuba. Houve, nesse sentido, uso dos protestos em Cuba para manutenção das restrições e dos bloqueios que perduram desde 1962 com a justificativa de um governo cubano repressivo. Segundo Ned Price, porta-voz do Departamento de Estado (2022), “[Se] é verdade que a política deste governo não é idêntica [à do governo Obama], também é verdade que desde 2017, há cinco anos, o regime cubano se tornou muito mais repressivo em muitos aspectos”. Um dos mais importantes grupos de apoio ao Partido Democrata em 2020 (reconhecido, inclusive na plataforma nacional democrata), o Black Lives Matter, criticou a administração democrata em suas redes sociais e apresentou declaração demandando o fim do bloqueio cubano.

Há ainda a manutenção de antagonismo com a China, mesmo que agora a partir de bases multilaterais e de parceiros transatlânticos. Talvez a promessa cumprida na política externa mais bem percebida na administração democrata seja a retirada de tropas do Afeganistão – concluída em 30 de agosto de 2021, momento em que o regime Talibã já ocupava Cabul. Vistos como um fracasso por altos comandos militares, a contar com o secretário de Defesa Lloyd Austin (Forgey, 2021), a retirada das tropas do Afeganistão e o restabelecimento do Talibã no país foram amplamente debatidos – criticados e defendidos – por setores dentro do próprio Partido Democrata, evidenciando as fraturas internas e as diferentes facções que o compõem.

Se, entretanto, as expectativas eram de um Partido Democrata que, conforme a sua plataforma indicava, iria se reconhecer como um partido mais progressista e, a partir da eleição de Biden, iria trilhar esse caminho, esse não parece ser o caso. Apesar de algumas exceções, como as políticas climáticas e o congelamento de dívidas estudantis que têm, efetivamente, recebido um espaço de atuação do partido e do governo, as lutas e disputas internas demonstram os desafios que os democratas têm pela frente. Mesmo a comemorada eleição de meio de mandato precisa ser lida com menos entusiasmo e mais precaução.

As midterms

As eleições de meio de mandato ocorrem ao fim do segundo ano de administração e tratam das eleições para as duas casas no Congresso – Câmara dos Representantes e Senado –, e nelas todas as 435 cadeiras da Câmara e 1/3 das cadeiras do Senado são disputadas. Nessa última eleição, ocorrida em 8 de novembro de 2022, foram eleitos 34 senadores, todos os representantes da Câmara e 36 governadores. Além disso, determinados referendos locais foram votados, como a proibição/permissão de realização de aborto.

Ante a véspera da eleição de meio mandato, o Partido Republicano era o grande favorito. As projeções feitas e divulgadas na maioria dos jornais de grande circulação eram de uma ampla vitória para os republicanos. Chegou-se a contabilizar as chances da vitória republicana nas casas desde 84% na Câmara a 58% no Senado. O Congresso seria “*solid*” republicano como uma “onda vermelha” (*Harvard Political Review*, 2022; *The Economist*, 2022; Greve, 2022). De fato, historicamente, nos Estados Unidos, o partido opositor tende a eleger um grande número de senadores e de representantes da Câmara que formam ampla maioria para governar ambas as casas na segunda parte da administração presidencial. Além disso, o governo democrata era mal avaliado por mais da metade da população no momento das *midterms*. Cerca de 60% dos entrevistados pelo Pew Research Center e pela CNN consideraram a presidência Biden de maneira negativa. Parte

da percepção negativa advém da preocupação com o aumento da inflação que chegava a 9% (maior índice em quarenta anos). Para 46% de entrevistados, a inflação era tema de maior preocupação naquele momento (CNN, 2022; Pew Research Center, 2022).

A “onda vermelha”, entretanto, não se concretizou. O Partido Democrata ganhou a maioria das cadeiras no Senado – 51 cadeiras, das 100 existentes – e perdeu poucas cadeiras na Câmara, chegando perto de obter também a maioria – 213 cadeiras, das 218 necessárias para maioria. No âmbito estadual, candidaturas democratas locais e de governadores foram também as grandes vencedoras. De um total de 50 governadores, o Partido Democrata ganhou 2 estados em relação à eleição anterior – de 22 governadores estaduais democratas, passam a contar então com 24. Já o Partido Republicano passou a ter o controle governamental em 26 estados (em comparação aos 28 que detinha anteriormente). Visto como o grande ganhador da eleição, a representante do Partido Democrata, Nancy Pelosi, chegou a comentar que “quem teria pensado há dois meses que aquela onda vermelha se tornaria uma gota muito pequena” (apud Capoot, 2022).

De fato, os democratas tiveram o melhor o resultado em mais de duas décadas em uma eleição de meio de mandato para um partido no controle da Casa Branca. Nos últimos cem anos, às exceções de 1934, de 1962 e de 2002, o partido que controla a presidência perde a maioria das cadeiras do Senado nas eleições de meio mandato. No entanto, no caso desses três presidentes que ocupavam o Executivo quando lograram maioria no Senado, suas aprovações eram acima de 60% – o que não é o caso de Joe Biden. Por fim, desde 1934, nunca o partido que ocupa a Casa Branca obteve desempenho tão bom com as candidaturas a governadores e eleições locais quanto o Partido Democrata em 2022.

Dois pontos, entretanto, são necessários para se compreender a “vitória” democrata em 2022: a rejeição a Trump (e a seus candidatos e a agendas do Partido Republicano) e o voto dos jovens.

O recuo do trumpismo

Tanto a eleição de 2020, que consagra Biden e o Partido Democrata no poder, quanto a eleição de 2022, que assegura maioria democrata no Senado e propicia uma Câmara bastante dividida, são sinalizações de que houve um importante e simbólico recuo do trumpismo. A não aceitação da vitória democrata de 2020, que culminou na invasão do Capitólio no ano seguinte, e a violência que se seguiu provavelmente são indicativos negativos atrelados ao Partido Republicano de Trump que ainda estão na memória dos votantes. Assim, nos *swing states*, aqueles estados que podem fazer oscilar a contagem dos votos, os candidatos que questionaram a eleição de 2020 perderam. Os eleitores do 3º distrito de Washington, por exemplo, rejeitaram o

republicano que concorria e que se apresentava como um aliado de Trump, Joe Kent. Os eleitores do Arizona também rejeitaram o negacionista republicano Mark Finchem na eleição para secretário de Estado no Arizona. Vale lembrar que Finchem chegou a participar dos eventos do Capitólio (Dale, 2022; *The New York Times*, 2022; Richards, 2022).

Aparentemente, o discurso antidemocrático trumpista, que criticava e questionava o próprio processo eleitoral, foi o grande perdedor nessa eleição e indicava que talvez estivesse se esgotando não só no âmbito do eleitorado, mas também dentro do Partido Republicano, que sofreu duas grandes (e relativamente inéditas) derrotas: o candidato republicano na figura de Donald Trump foi incapaz de assegurar uma reeleição (algo bastante incomum) e as *midterms* de 2022.

O esvaziamento de candidatos e agendas atrelados a Trump também se manifestou em críticas intrapartidárias. Ainda em 2022, o governador republicano de Maryland, Larry Hogan, afirmou que a causa das sucessivas derrotas eleitorais do seu partido se deve a Donald Trump. Especificamente sobre as *midterms*, Hogan explica que “[...] conservadores com bom senso que se concentravam em falar sobre questões importantes para as pessoas – como economia, crime e educação – venceram. [...] Mas as pessoas que tentaram relitigar a eleição de 2020 e se concentraram em teorias da conspiração foram quase universalmente rejeitadas” (apud Watson, 2022). Nesse sentido, Hogan aponta a necessidade de se pensar em um Partido Republicano que se afaste desse tipo de agenda e de liderança e abrace o chamado “conservadores moderados” com uma perspectiva de futuro mais positiva e menos conflitiva.

Em 2023, foi a vez do ex-governador de New Jersey, o Republicano Chris Christie, culpar Trump pelas derrotas partidárias. Antigo aliado do ex-presidente, Christie cortou laços depois da eleição de 2020, quando o primeiro não aceitou o resultado das eleições. Segundo o ex-governador, Donald Trump precisaria ser desencorajado e enfraquecido dentro do Partido Republicano, mesmo que para isso se travassem embates intrapartidários: “Porque não vai acabar bem, não importa o que aconteça, o seu fim não será uma conclusão calma e tranquila”. Para Christie, Trump é responsável por levar o Partido Republicano a um “ralo sem fim de raiva e destruição” (apud Ramer, 2023).

Se Trump é associado ao Partido Republicano e pode ser visto como um importante fator de rejeição aos candidatos republicanos a ele atrelados, também o são determinadas temáticas específicas na agenda política, inclusive referendadas durante as eleições de meio mandato. Uma delas é a questão do aborto. Um número expressivo de eleitores percebe o papel da Suprema Corte (majoritariamente conservadora) revogando direitos adquiridos em *Roe v. Wade* como uma dessas perspectivas conflitivas e associadas ao Partido Republicano. Na véspera das eleições de meio de mandato,

Biden referendou a temática quando, em discurso na Casa Branca, argumentou que “Nesse outono, Roe está na cédula eleitoral” (Stracqualursi; Cole; LeBlanc, 2022). De fato, em pesquisa realizada em 2022, após a decisão da Suprema Corte, cerca de 27% dos entrevistados citaram aborto como a temática nacional mais importante. A metade desses entrevistados acredita que o Partido Democrata é a entidade partidária que melhor representa e em que mais se confia para lidar com o assunto – comparativamente, 4 em 10 consideram o Partido Republicano confiável nessa mesma temática (Stracqualursi; Cole; LeBlanc, 2022).

Dentre os referendos feitos nos estados em novembro de 2022, o voto acerca da constitucionalização do direito ao aborto foi o grande vitorioso. Foram cinco os estados que, com os referendos feitos, aprovaram direitos constitucionais ao aborto. Dentre eles, algumas vitórias impressionam – é o caso de Vermont, com 77% de aprovação; e Califórnia, com 67% (CNN, 2022). Além disso, mais da metade dos eleitores (61%) consideram que o direito ao aborto deve ser legalizado em todos os casos ou na maioria deles (Hartig, 2022). Por fim, precisamos levar em conta que: a) esse eleitorado vota majoritariamente no Partido Democrata (80%); b) as linhas partidárias são as mais divididas nesse âmbito (Hartig, 2022); e c) uma parcela importante desses eleitores são considerados “*abortion first voters*” (Enten, 2022a). Como bem argumenta Enten (2022a), o Partido Democrata parece ter realizado uma façanha inédita nas *midterms*: transformou o tradicional referendo público ao presidente ocupante da Casa Branca em uma disputa entre partidos na qual, em 2022, diante do extremismo de Trump e de determinadas agendas conservadoras, como o caso do aborto, a escolha democrata foi a única opção. Novamente, não parece ser uma aprovação ao Partido Democrata, mas uma rejeição a essa determinada parcela e agenda trumpista.

O papel dos jovens

O presidente Biden creditou a vitória democrata nas eleições de meio de mandato ao papel desempenhado por eleitores jovens, que foram votar em número bastante elevado (Enten, 2022b). Ele tem razão. Os eleitores jovens não só compareceram às urnas em número superior àqueles registrados nas eleições passadas, como votaram majoritariamente em candidatos democratas. Representantes da Câmara pelo Partido Democrata lograram 28 pontos acima dos republicanos para votantes com menos de 30 anos, e 13 pontos acima para votantes com menos de 45 anos (Enten, 2022b). Assim como aconteceu na eleição presidencial passada, o Partido Democrata deve sua vitória ao papel desempenhado por jovens votantes. Em 2020, esses jovens foram responsáveis por uma ampla mobilização popular a partir de grupos e movimentos populares, a exemplo do Sunrise Movement, Black Lives Matter, Justice Democrats e Occupy Democrats,

que foram basilares na campanha de Biden e na elaboração da plataforma democrata.

No entanto, apesar do papel desempenhado pelos jovens nas últimas votações e da rejeição eleitoral a Trump, seus aliados e agendas; as sucessivas “vitórias” do Partido Democrata parecem ser menos um atestado de aprovação da gestão Biden e do partido, e mais uma recusa em endossar um Partido Republicano ainda atrelado à memória de Donald Trump. Vale lembrar que, em um sistema bipartidário, a recusa de se votar em um candidato, agenda ou partido significa apoio, por óbvio, ao partido opositor. Os jovens que votaram massivamente no Partido Democrata nas duas últimas eleições não necessariamente o fizeram por conta de apoio irrestrito ou lealdade extremada ao Partido Democrata e à figura de Biden, mas a partir de uma rejeição de determinadas agendas e candidatos presentes e representados no PR.

Para onde caminha o Partido Democrata? Algumas reflexões

Apesar das duas últimas importantes vitórias democratas, o Partido Democrata não está bem – não foi aprovado nem referendado pela população. Em novembro de 2022, 59% da população não aprovava a gestão Biden. Em março de 2023, esse número se mantém relativamente estável: entre 49% e 61% ainda consideram a gestão Biden ruim (CNN, 2023).

De acordo com uma pesquisa conduzida pela CNN, que comparou votos entre 2018 e 2022, representantes democratas perderam apoio entre mulheres, jovens, latinos e votantes independentes (Wolf; Merrill, 2022). Assim, o Partido Democrata vem perdendo apoio entre a sua própria base – tradicionalmente esses mesmos votantes jovens, latinos, mulheres e independentes. Cerca de 77% dos estadunidenses acreditam que o país está indo para o caminho errado. Entre os democratas, são 63% os que pensam o mesmo (Pew Research Center, 2022). A eleição de Biden, é preciso lembrar, foi resultado da atuação desse mesmo grupo de base de que hoje o Partido Democrata perde apoio. São lideranças partes de organizações populares contrárias a Donald Trump e que, ainda que não necessariamente a favor de Joe Biden – ele nunca energizou uma ala importante do Partido Democrata ligada a causas mais progressistas –, se uniram para evitar um retorno trumpista.

Entretanto, essas mesmas lideranças e base de apoio hoje criticam a condução democrata. O movimento Sunrise, responsável por grande parte da agenda democrata no âmbito climático e peça importante na campanha a favor de Biden, tem criticado o atual governo. Note-se o exemplo recente da crítica feita em primeira página no seu *website* ao projeto para exploração de petróleo no Alasca aprovado pela administração Biden (Sunrise, 2023).